

FACULDADE SETE LAGOAS-FACSETE

Pós-Graduação em Odontopediatria

Carolline Corrêa da Silva

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E APOIO AO
ALEITAMENTO MATERNO: revisão de literatura**

Uberlândia

2023

Carolline Corrêa Da Silva

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E APOIO AO
ALEITAMENTO MATERNO: revisão de literatura**

Monografia apresentada ao curso de especialização Lato Sensu da Faculdade Sete Lagoas – FACSETE, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista em Odontopediatria.

Orientadora: Prof.^a Danielly Cunha Araújo
Ferreira de Oliveira

Área de Concentração: Odontopediatria



Carolline Corrêa Da Silva

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E APOIO AO
ALEITAMENTO MATERNO: revisão de literatura**

Monografia apresentada ao curso de especialização Lato Sensu da Faculdade Sete Lagoas – FACSETE, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista em Odontopediatria.

Área de Concentração: Odontopediatria

Aprovada em ___ / ___ / ___ pela banca constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dra. Marília Rodrigues Moreira

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Uberlândia, ___ de _____ de 2023.

RESUMO

O Aleitamento materno é um processo natural de vínculo entre a mãe e o bebê, e é preconizado que seja feito de forma exclusiva até os seis meses de vida da criança, trazendo benefícios para a saúde da mãe e do filho. O aleitamento materno também é uma das estratégias que mais contribui para a diminuição dos índices de mortalidade infantil. Os índices mundiais de aleitamento materno ainda estão abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo necessária a implantação de políticas públicas efetivas de promoção ao aleitamento materno, visando uma melhor qualidade de vida para a mãe e o bebê, assim como o desenvolvimento da sociedade. Este trabalho foi realizado através de pesquisa nas bases de dados Scielo, BVS Saúde, e Google acadêmico, selecionando artigos para integrar a revisão de literatura, com o objetivo de apresentar as políticas públicas de promoção do aleitamento materno. Concluiu-se que para o sucesso da adesão e manutenção do aleitamento materno, é de extrema importância reconhecer a realidade em que a mulher se encontra, para assim realizar uma abordagem adequada e efetiva, oferecendo as orientações necessárias para que a mulher tenha êxito na prática da amamentação.

Palavras-chave: Aleitamento materno; aleitamento materno exclusivo; desmame precoce e políticas públicas

ABSTRACT

Breastfeeding is a natural process of bonding between mother and baby, and it is recommended that it be done exclusively until the child is six months old, bringing benefits to the health of mother and child. Breastfeeding is also one of the strategies that contributes the most to the reduction of infant mortality rates. The worldwide rates of breastfeeding are still below what is recommended by the World Health Organization (WHO), and it is necessary to implement effective public policies to promote breastfeeding, aiming at a better quality of life for mother and baby, as well as the development of the society. This study was carried out by searching the Scielo, BVS Saúde, and Google Acadêmico databases, selecting articles to be included in the literature review, with the objective of presenting the public policies to promote breastfeeding. Concluiu-se que para o sucesso da adesão e manutenção do aleitamento materno, é de extrema importância reconhecer a realidade em que a mulher se encontra, para assim realizar uma abordagem adequada e efetiva, oferecendo as orientações necessárias para que a mulher tenha sucesso na prática da breastfeeding.

Keywords: Breastfeeding; exclusive breastfeeding; early weaning and public policies

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	07
2METODOLOGIA.....	08
3-REVISÃO DE LITERATURA.....	08
4-CONSIDERAÇÕES FINAS.....	16
REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

O Aleitamento Materno Exclusivo (AME) acontece quando é ofertado apenas leite materno para a criança. É um processo de vínculo entre mãe e filho, que acontece de forma natural, trazendo benefícios tanto para a mãe quanto para o bebê. O crescimento e o desenvolvimento da criança dependem diretamente das características nutricionais e imunológicas que o leite materno oferece (LIMA, et al., 2018).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza que o aleitamento materno seja exclusivo até os seis meses de vida da criança, sendo continuado até os dois anos de vida ou mais, acompanhado de alimentação complementar (SILVA, et al., 2020). Entretanto, os índices mundiais do aleitamento materno se encontram em torno de 40%, sendo que a meta esperada pela OMS é de que os países aumentem em 50% até 2025 (DIAS et al., 2022).

Ao longo da história foram criadas políticas a fim de promover o aleitamento materno, diminuir o desmame precoce, implantando condutas de incentivo ao aleitamento materno exclusivo, visto a necessidade de estratégias nacionais de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno. O objetivo era aumentar a adesão ao aleitamento materno, tornando os profissionais de saúde influenciadores dessa prática em suas áreas de atuação (JUSTINO, et al., 2019).

Dentre as políticas públicas para a promoção do aleitamento materno podemos citar o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), criado em 1972, o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM) de 1981, a prática do Alojamento Conjunto, regulamentado pela Resolução nº 18 do INAMPS/MS em 1983, a “Declaração de Innocenti” elaborada em 1989 que definiu os 10 Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno, a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), apresentada em 1990, o Método Canguru, implantado em 1992, o Projeto de Redução da Mortalidade Infantil (PRMI), o Projeto Carteiro Amigo da Amamentação, iniciado no Ceará em 1996.

Também estão entre tais políticas públicas a Rede Nacional de Bancos de Leite Humano (BLH) criada em 1998, a Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAAM) lançada em 1999, a Rede Amamenta Brasil lançada em 2008, a Estratégia Nacional de Promoção da Alimentação Complementar Saudável (ENPACS), criada

em 2009, para a sala de Apoio à Amamentação, criada em 2010, a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB), que se originou com a junção da RAB e ENPACS, em 2013, instituição em 2015, do Dia Nacional de Doação de Leite Humano como dia 19 de maio, também em 2015 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) e a instituição do Agosto Dourado como mês do aleitamento materno.

O conhecimento materno pode influenciar de maneira positiva no ato de amamentar. A prática da amamentação também é influenciada pelo contexto social, crenças, costumes, suporte da família e dos serviços de saúde, bem como a condição socioeconômica (BRUM, 2022). É importante que o profissional conheça a realidade de cada mulher, realizando um atendimento individualizado e assim criando uma relação de confiança com a mesma (VALERIO, et al., 2018).

Esse trabalho tem como objetivo, através de uma revisão de literatura listar as principais políticas públicas de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno implantadas no país, e entender os fatores que influenciam na interrupção dessa prática.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho, foi realizada uma pesquisa, com a finalidade de fazer uma revisão de literatura. A pesquisa foi realizada nas bases de dados Scielo, BVS Saúde, e Google acadêmico entre os meses de Junho de 2018 a Junho de 2023. Foram selecionados artigos publicados nos últimos 5 anos, utilizando palavras-chave como Aleitamento materno, aleitamento materno exclusivo, desmame precoce e políticas públicas e seus respectivos termos em inglês.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Entende-se por Aleitamento Materno Exclusivo (AME), quando a criança é alimentada somente de leite materno, sem quaisquer outros alimentos, líquidos ou sólidos, exceto medicamentos (FERREIRA *et al.*, 2018). Segundo a Organização

Mundial da Saúde (OMS), para um crescimento e desenvolvimento saudável da criança, preconiza-se o AME nos seis primeiros meses de vida. Após esse período, deve-se realizar a introdução de outros alimentos e a manutenção do aleitamento materno até os dois anos ou mais (ALVES *et al.*, 2021).

O aleitamento materno é a estratégia que mais previne mortes infantis, além de promover a saúde física, mental e psíquica da criança e da mãe (FERREIRA *et al.*, 2018). É também considerado um dos pilares fundamentais para o crescimento e o desenvolvimento satisfatório das crianças, tal prática representa impacto significativo na saúde pública no mundo (DIAS *et al.*, 2022).

Vários são os benefícios da prática do aleitamento materno. Crianças amamentadas por mais tempo apresentam maior desenvolvimento cognitivo e neuromotor, aumento dos anticorpos e protege contra os riscos de desenvolver doenças respiratórias e diabetes ou sobrepeso no decorrer da vida, além de aumentar o QI e exercitar a região intraoral e perioral (BRAGA, *et al.*, 2020; RIBEIRO *et al.*, 2022). Além disso, crianças que amamentam com o leite materno por mais tempo, apresentam menores taxas de mortalidade por causas como a síndrome da morte súbita na infância (PERES *et al.*, 2021).

A literatura científica revela que o aleitamento materno favorece uma nutrição rica, favorecendo o desenvolvimento saudável da microbiota intestinal, o desenvolvimento cerebral e controle da obesidade, favorecendo a adaptação de hábitos para uma alimentação saudável (SILVA, *et al.*, 2021).

A amamentação proporciona à criança um adequado desenvolvimento das estruturas orofaciais, promovendo o crescimento, força e mobilidade adequada para o desenvolvimento das funções de sucção, respiração, deglutição e fala (SILVA, *et al.*, 2021).

Para a mãe, a amamentação auxilia na involução do útero no período pós-parto, ajuda na perda de peso, e reduz os riscos de câncer de mama, colo de útero, e de ovário. Além disso, o aleitamento materno possibilita para a mãe uma forma mais econômica de alimentação para o bebê (RIBEIRO *et al.*, 2022).

Entretanto, apesar dos benefícios que o aleitamento materno proporciona à criança e à mãe, e dos diversos programas de promoção, proteção e apoio a essa

prática, os índices mundiais do aleitamento materno ainda estão abaixo do recomendado pela OMS. Os índices encontram-se em torno de 40%, e a meta da OMS é de que os países aumentem em 50% os índices de amamentação até o ano de 2025 (DIAS, et al., 2022). No Brasil a média de duração do aleitamento materno exclusivo é de apenas 23 dias (RIBEIRO *et al.*, 2022).

Para atingir as metas, são necessárias medidas sociais, que promovam o cuidado integral à saúde das mulheres, e a atenção primária constitui uma estratégia essencial para o alcance desses objetivos, pois é um espaço privilegiado para ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, além de ser a principal forma de acesso aos serviços de saúde no Brasil (ZANLORENZI, 2022).

As políticas públicas em favor da saúde da mulher e da criança têm como base a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, visando à melhoria na qualidade de vida da criança, da mulher e da família, bem como o desenvolvimento da sociedade (LAMOUNIER, et al., 2019).

O início das políticas públicas de incentivo ao aleitamento materno foi na década de 70, com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). Criado em 1972, o INAN tinha o objetivo de desenvolver políticas e programas voltados a alimentação e nutrição, com propósito de resgatar as práticas de aleitamento materno no país, e assim, reduzir os altos índices de mortalidade infantil e desmame precoce no Brasil (ZANLORENZI, 2022).

Em 1981 foi criado o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), que através do aperfeiçoamento de profissionais de saúde, investimento na confecção de materiais educativos e divulgação, estímulo ao aconselhamento em amamentação individualizado e criação de grupos de apoio tinha o objetivo de realizar intervenções sobre os fatores que levavam ao desmame precoce, além do trabalho do legislativo com medidas para a promoção, proteção e apoio à amamentação (ZANLORENZI, 2022).

Em 1983, foi publicada a Resolução nº 18 do INAMPS/MS, regulamentando a prática do alojamento conjunto, contribuindo para que a amamentação em livre demanda fosse iniciada precocemente (ZANLORENZI, 2022). O Alojamento Conjunto é definido como um sistema em que o recém-nascido, logo após o nascimento, permanece ao lado da mãe 24 horas por dia, em um mesmo ambiente, até a alta

hospitalar. Este sistema é importante porque permite que a equipe multiprofissional realize o cuidado direto, o controle do ambiente e a articulação com outros setores, possibilitando a prevenção de infecções e contribuindo para a saúde (BICALHO *et al.*, 2021).

Em 1989, a OMS e UNICEF elaboraram a “Declaração de Inocenti”, composta de um conjunto de metas para o resgate do direito da mulher de praticar a amamentação com sucesso (LAMOUNIER, JA, *et al.*, 2019), e trata do papel dos serviços de saúde e maternidades definindo os Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno (ZANLORENZI,2022). São eles:

- 1- Ter uma política de aleitamento materno escrita que seja rotineiramente transmitida a toda a equipe de cuidados da saúde;
- 2- Capacitar toda a equipe nas práticas necessárias para implementar essa política;
- 3- Informar todas as gestantes sobre as vantagens e o manejo do aleitamento;
- 4- Ajudar as mães a começar o aleitamento na primeira meia hora após o nascimento;
- 5- Explicar às mães como amamentar e como manter a lactação, mesmo se vier a ser separadas dos seus filhos;
- 6- Não dar aos recém-nascidos nenhum outro alimento ou bebida que não seja o leite materno, a não ser que isso seja indicado pelo médico;
- 7- Praticar o alojamento conjunto, que permite mães e bebês juntos 24 horas por dia;
- 8- Estimular o aleitamento materno de livre demanda;
- 9- Não oferecer bicos artificiais ou chupetas a crianças que estão amamentando;
- 10- Promover grupos de incentivo à amamentação e conduzir as mães a esses grupos, após a alta hospitalar.

Em 1990 após a 45ª Assembleia Mundial de Saúde, foi apresentada a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), que tinha o objetivo de sensibilizar profissionais das instituições de saúde para mudar práticas e rotinas, afim de diminuir os índices de desmame precoce, aumentar a prevalência do aleitamento materno, propiciando uma melhor relação entre o binômio mãe-filho, e promover mudanças culturais acerca do uso de chupetas, mamadeiras e leites industrializados (ZANLORENZI,2022).

Em 1992, foi implantado o Método Canguru em cidades do Recife - Pernambuco e São Paulo. Esse método propunha um contato maior entre a mãe e o bebê prematuro ou de baixo peso, pelo maior tempo possível, permitindo assim que a mãe transmita calor ao seu filho, priorizando a amamentação, já que o bebê fica em contato com o peito da mãe com acesso livre às mamas. A intenção era reduzir o tempo de internação, o risco de infecção, promover o desenvolvimento adequado da criança através do vínculo. Esse método foi reconhecido como importante para a assistência neonatal no ano de 2000, através da Portaria GM/MS nº 693/2000 que criou a Norma de Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso – Método Canguru, sendo assim implementado em âmbito nacional (RAMALHO, 2020).

Em 1995, o Ministério da Saúde coordenou o Projeto de Redução da Mortalidade Infantil (PRMI) visando intensificar esforços em favor da infância, promovendo dentre outras, ações contra a desnutrição, ações de promoção ao aleitamento materno, pré-natal e combate às doenças infecciosas e desnutrição (MARINHO e FERREIRA, 2021). No mesmo ano foi implantado no Brasil, a partir de uma iniciativa da OMS, o Programa de Treinamento “Aconselhamento em Amamentação”, seu objetivo era capacitar os profissionais de saúde para o aconselhamento em aleitamento materno, desenvolvendo uma comunicação mais eficaz entre profissionais e mães (RAMALHO, 2020).

Em 1996 o Projeto Carteiro Amigo da Amamentação foi iniciado no Ceará, como uma iniciativa inédita no Brasil e no mundo. Era uma forma de combater a desnutrição e a alta taxa de mortalidade infantil no estado, que estava ligada à baixa prevalência do AM. O Programa tinha o objetivo de incentivar a prática do AME até os seis meses e do AM até os dois anos de idade ou mais através dos carteiros, que recebiam treinamento acerca do AM e pela confiança e facilidade em transitar nas comunidades carentes, divulgavam os benefícios do AM, através de folders educativos sobre o tema naqueles domicílios em que residiam gestantes e/ou crianças menores de um ano. O projeto foi expandido para outros estados do Nordeste, e depois para todo o Brasil devido ao êxito que atingiu (RAMALHO, 2020).

Em 1998, foi criada a Rede Nacional de Bancos de Leite Humano (BLH) que cumpre um papel importante de assistência junto às puérperas e nutrizas, acompanhando mulheres que demonstram dificuldades na prática do aleitamento, além de coletarem colostro, leite de transição e leite maduro e realizar o processamento e controle de qualidade dos mesmos. As ações desenvolvidas pelos

BLH são uma forma efetiva para evitar o declínio da amamentação. Além de manipularem o leite materno ordenhado, promovem também atividades educativas de promoção e apoio ao aleitamento materno, sendo considerados centros de referência em amamentação para gestantes e nutrizes (FONSECA, *et al.*, 2021).

Em 1999, a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, lançou uma proposta de promoção ao AM na atenção primária, uma forma de reunir as ações realizadas pela APS com a atenção secundária. Preconizando a execução dos Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno, a Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAAM), surgiu devido à chegada de mulheres nas maternidades sem preparo para amamentar, e da falta de uma equipe que fornecesse apoio contínuo quando recebiam alta hospitalar. A IUBAAM seria como uma continuação das intervenções de promoção ao aleitamento materno realizadas nos hospitais, com o objetivo de garantir a manutenção do AM pós-alta. Com o seu êxito o Ministério da Saúde viabilizou a implementação da IUBAAM em todo o país. (RAMALHO, 2020).

Em 2008, foi lançada pelo MS a Rede Amamenta Brasil (RAB), que surgiu da necessidade do desenvolvimento de competências nos profissionais de saúde e conscientização da sociedade sobre dos benefícios do aleitamento materno, bem como da necessidade de uma abordagem nacional e sistematizada de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno na Atenção Básica. O objetivo era contribuir a adesão ao aleitamento materno no país, tornando os profissionais multiplicadores e influenciadores do aleitamento materno, de acordo com a realidade de suas áreas de atuação, e monitorar os índices de aleitamento materno das populações atendidas (JUSTINO, *et al.*, 2019).

A Estratégia Nacional de Promoção da Alimentação Complementar Saudável (ENPACS) foi criada, no ano de 2009, com o objetivo de melhorar a prática dos profissionais da atenção básica no incentivo à alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos. Esta estratégia propunha aprimorar as competências e habilidades dos profissionais para que a promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar sejam atividades rotineiras nas unidades (RAMALHO, 2020).

Em 2010 foi criada a normatização para a sala de Apoio à Amamentação, que apoiava e incentivava o direito de amamentar no período de trabalho, e visava

sensibilizar as empresas que a prática da amamentação é um direito, fazendo assim que apoiassem suas servidoras no período da amamentação (CHAGAS, 2019).

Em 2013, através da integração da Rede Amamenta Brasil e da ENPACS, foi publicada a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB). A EAAB é uma política pública que conta com ações de alimentação e nutrição voltadas às crianças menores de 2 anos de idade. Tem como proposta a qualificação dos profissionais de saúde por meio da educação permanente e tem como finalidade aumentar a qualidade do cuidado, promover as práticas do Aleitamento Materno e da Alimentação Complementar Saudável na rotina da Atenção Primária de Saúde (APS) (ISHIBASHI, 2022).

Em 2015, foi instituído pela lei 13.227, de 28 de dezembro de 2015 o Dia Nacional de Doação de Leite Humano, a ser comemorado no dia 19 de maio, tendo como objetivo incentivar a doação em todo país (CHAGAS, 2019). Nesse mesmo ano foi instituída no âmbito do SUS a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) cuja atuação foi direcionada em 7 eixos estratégicos, dentre eles o aleitamento materno e alimentação complementar. A Atenção Primária colabora significativamente na estratégia promovida pela PNAISC, pois sua estrutura proporciona métodos eficazes para o desenvolvimento, e por prevenir os agravos à saúde no âmbito do cuidado primário. Assim, esses os profissionais estabelecem vínculos com a comunidade o que contribui com as ações promovendo um serviço integral (SANTOS, 2019).

Em 2017, com a publicação da Lei no 13.435, de 12 de abril de 2017, o mês de agosto ficou instituído como o mês do aleitamento materno – O Agosto Dourado, voltado especialmente para a campanha de promoção e proteção ao Aleitamento Materno, através de ações de conscientização sobre a importância do aleitamento materno (ZANLORENZI, 2022).

Muitos fatores contribuem para o desmame precoce, uma vez que amamentar não depende apenas da vontade da mãe, mas envolve várias questões complexas, como características biológicas, socioeconômicas, assistenciais e culturais (RIBEIRO *et al.*, 2022).

O entendimento das puérperas sobre o aleitamento materno influencia diretamente nas suas atitudes em relação a amamentação (GUIMARÃES, et

al.,2018). O conhecimento é fundamental para a autoconfiança da mulher e, conseqüentemente, para sua decisão em iniciar e permanecer amamentando (OLIVEIRA *et al.*, 2022). Para evitar a interrupção precoce da amamentação é importante que as mulheres recebam as orientações adequadas (RIBEIRO *et al.*, 2022).

O aleitamento materno também é influenciado pelo contexto social, crenças, costumes, suporte dos familiares e dos serviços de saúde. A condição socioeconômica também está associada ao conhecimento, onde puérperas com maior renda familiar apresentaram maior nível de conhecimento sobre o aleitamento materno. Dessa forma, a renda per capita interfere no entendimento das puérperas sobre o tema (BRUM, 2022).

Conhecer a realidade de cada mulher é essencial para que o profissional saiba realizar a abordagem correta com a mãe e a família. O profissional da saúde deve identificar fatores que podem elevar o risco de desmame precoce, como problemas de pega e posicionamento, uso de bicos e mamadeiras, traumas nos mamilos, dor, retorno ao trabalho e outros. É importante que o profissional faça uma boa comunicação durante o atendimento à mulher, para que ela se sinta acolhida e consiga estabelecer uma relação de confiança com o profissional, através do atendimento individualizado, do apoio e da escuta, obtendo resultados positivos (VALERIO *et al.*, 2018).

O manejo clínico da amamentação é caracterizado como as ações e cuidados de assistência oferecidas para o estabelecimento do aleitamento materno, produção de leite, tratamento e prevenção de agravos. Requer que os profissionais envolvidos tenham um bom conhecimento sobre a anatomia, fisiologia, psicologia e que tenham boa comunicação com as mulheres. Assim orientando durante a consulta pré-natal sobre os benefícios da amamentação, e desvantagens do uso de leites industrializados ou de origem animal. Devem ser ensinadas também em relação às técnicas de amamentação, para aumentar a sua habilidade e confiança, evitando assim o desmame precoce (MACHADO e LARA, 2019).

Como a amamentação é uma pratica que interfere diretamente na saúde da criança e impede a instalação de problemas futuros no seu desenvolvimento, a atenção primária deve estimular a prática, incentivando a educação em saúde desde

a unidade básica de saúde. Através de uma equipe multiprofissional, aproveitando o potencial das condições da rede básica, é possível gerar um bom desempenho na promoção, proteção e apoio a amamentação (PIMENTA et al., 2020) .

Sendo assim, é muito importante que os profissionais de saúde ofereçam todas as informações necessárias, esclarecendo conceitos e crenças que interferem na prática do AME, para que a mulher tenha êxito na adesão e manutenção do aleitamento materno, estando ela preparada para lidar com as dificuldades da prática, e evitando a introdução de outro tipo de alimento antes dos seis meses (RIBEIRO *et al.*, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que é de extrema importância que os profissionais reconheçam as dificuldades encontradas pelas mulheres na prática do aleitamento materno, dando o suporte adequado, levando conhecimento, instrução e sensibilização, realizando um acompanhamento apropriado e individual. Levando em consideração a realidade onde está inserida e proporcionando uma intervenção eficaz em relação ao aleitamento, fazendo com que as políticas de incentivo ao aleitamento materno sejam mais efetivas.

REFERÊNCIAS

ALVES Viviane Garcia, MOTA Maria Carliana, PAGLIARI Carla. Características Sociodemográficas Relacionadas ao Conhecimento dos Benefícios do Aleitamento Materno. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2020101>.

BICALHO Carine Vieira, MARTINS Camila Dantas, FRICHE Amélia Augusta de Lima, MOTTA Andréa Rodrigues. Dificuldade no aleitamento materno exclusivo no alojamento conjunto: revisão integrativa. **Audiology - Communication Research**, Belo Horizonte, v.26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2021-2471>

BRAGA Milayde da Silva, GONÇALVES Monicque da Silva; AUGUSTO, Carolina Rocha. Os benefícios do aleitamento materno para o desenvolvimento infantil / The Benefits of Breastfeeding for Child Development. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.6, n.9, p. 70250–70260, set/2020. DOI:10.34117/bjdv6n9-468.

BRUM, Vanessa Dos Santos. Perfil das gestantes, conhecimento e experiências prévias em amamentação na atenção primária à saúde: dados preliminares. Dissertação. (Mestrado em Clínica Odontológica com ênfase em Odontopediatria). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. DOI: <http://hdl.handle.net/10183/252846>

CHAGAS, Carolina de Oliveira das. A Influência da Autoeficácia sobre os desfechos do aleitamento materno: Revisão Integrativa. TCC (Bacharelado em Enfermagem) Universidade Federal de Santa Maria. Palmeira das Missões, 2019 Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19983>

DIAS Ernandes Gonçalves, PEREIRA Juliana dos Santos, ROCHA Júnia Lima, CAMPOS Lyliane Martins, ARAÚJO Rondinele Antunes de. Aleitamento materno na perspectiva de lactantes de uma unidade de saúde da família. **J. Nurs. Health**, Mato Verde, v.12, n.1, 2022 DOI: <https://doi.org/10.15210/jonah.v12i1.20570>

FERREIRA Hellen Livia Oliveira Catunda, OLIVEIRA Mirna Fontenele de, BERNARDO Elizian Braga Rodrigues, ALMEIDA Paulo César de, AQUINO Priscila de Souza, PINHEIRO Ana Karina Bezerra. Fatores Associados à Adesão ao Aleitamento Materno Exclusivo. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Ceará, v.23, n.3, p.683-690, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018233.06262016>

FONSECA Rafaela Mara Silva, MILAGRES Luana Cupertino, FRANCESCHINI Sylvania do Carmo Castro, HENRIQUES Bruno David. O papel do banco de leite humano na promoção da saúde materno infantil: uma revisão sistemática. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Viçosa, v.26, n.1, p.309-318, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.24362018>.

GUIMARÃES Danielle Crisóstomo, LIMA Barbara Nepomuceno, MENEZES Agna Soares da Silva, GOMES Cláudia Moreira, BORGES Priscila Vieira, GOMES

Nayara Teixeira, RUAS Gracielle Soares da Silva. Conhecimento da puérpera sobre amamentação na Atenção Básica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 18, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e107.2019>

ISHIBASHI, Yana Gabriela Da Cruz. Implementação da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil: uma revisão de mapeamento. Dissertação (Mestrado em Gestão e Saúde Coletiva) Faculdade De Odontologia De Piracicaba. Piracicaba,2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/3620>

JUSTINO Dayane Caroliny Pereira; LOPES Monique da Silva, SANTOS Camila Dayze Pereira; ANDRADE Fábila Barbosa de. Avaliação Histórica das Políticas Públicas de saúde infantil no Brasil: revisão integrativa. **Revista Ciência Plural**,v. 5, n. 1, p. 71–88, 2019. DOI: 10.21680/2446-7286.2019v5n1ID17946. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/17946>.

LAMOUNIER Joel Alves, CHAVES Roberto Gomes, REGO Maria Albertina Santiago, BOUZADA Maria Cândida Ferrarez Iniciativa Hospital Amigo da Criança: 25 anos de experiência no Brasil. **Revista Paulista de Pediatria**, v.37, n.4, p.486-493, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0462;2019;37;4;00004>

LIMA Ariana Passos Cavalcante, NASCIMENTO Davi da Silva, MARTINS Maísa Mônica Flores. A prática do aleitamento materno e os fatores que levam ao desmame precoce: uma revisão integrativa. **Revista de Saúde e Ciências Biológicas**, Salvador,v.6,n.2, p.189-196,2018.DOI: <http://dx.doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v6i2.1633.p189-196.2018>

MACHADO Priscila. Yoshida, LARA Aline Neves Oliveira Estratégias de incentivo ao Aleitamento Materno realizadas pelos enfermeiros da Atenção Primária. **Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 20, n. 1, p. 232 - 251, mar/2019. DOI: <https://doi.org/10.33836/interacao.v20i1.176>

MARINHO Cristiane Da Silva Ramos, FERREIRA Maria Ângela Fernandes. Evolução das políticas públicas frente à redução da mortalidade infantil e na infância no Brasil. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, Rio Grande do Norte, v.10, n.11,2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i11.19584>

OLIVEIRA Gabriela, TIMM Marcella Simões, SCHIMITH Maria Denise, PRATES Lisie Alende, ALVES Caren Fabiana, SILVA Laís Mara Caetano da, JERKE Luiza Camila. Conhecimento de Puérperas Sobre o Aleitamento Materno. **Revista Científica de Enfermagem**, São Paulo, v.12, n.40, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24276/rrecien2022.12.40.314-323>

PERES Janaine Fragnan, CARVALHO Ariana Rodrigues da Silva, VIERA Cláudia Silveira, CHRISTOFFEL Marialda Moreira, TOSO Beatriz Rosana Gonçalves de Oliveira. Percepções dos profissionais de saúde acerca dos fatores biopsicossocioculturais relacionados com o aleitamento materno. **Rev. Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.45, n.128, p.141-151,Jan-Mar/2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202112811>

PIMENTA Luiza Amanda Maron; MACHADO Maria Fernanda Freire; OLIVEIRA Mariana Feijó de, SOUZA Liz Martins Lima de. O Incentivo ao Aleitamento Materno no contexto da Atenção Primária à Saúde. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, v.5, n.4, maio/2020.DOI: <http://dx.doi.org/10.20951/2446-6778/v5n5a107>

RAMALHO, Mariana Oliveira de Alencar. Prevalência e fatores associados à interrupção do aleitamento materno e excesso de peso em lactentes. 2020. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e do Adolescente) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. DOI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40239>

RIBEIRO Antonia Karoline Farias Dos Santos, MARINHO Luana Oliveira SANTOS Romila Martins de Moura Stabnow, FONTOURA Iolanda Graepp, SERR Maria Aparecida Alves de Oliveira, PASCOAL Livia Maia, NETO Marcelino Santos, SANTOS Floriacy Stabnow. Aleitamento Materno Exclusivo: conhecimentos de puérperas na Atenção Básica. **Rev. Enfermagem Atual**, Maranhão,v.96, n.38, 2022.DOI: <https://doi.org/10.31011/read-2022-v.96-n.38-art.1359>

SANTOS, Elaine Monteiro. Avaliação da Atenção Primária à Saúde prestada a criança no Brasil. Revisão de literatura. TCC(Bacharelado em Enfermagem) Centro Universitário Luterano de Palmas. Palmas,2019. Disponível em: <https://ulbra-to.br/bibliotecadigital/uploads/document5daf4849c581b.pdf>

SILVA Isaías Eduardo da, ARAÚJO Winício Fernandes de, RODRIGUES Wesley Santos, AOYAMA Elisângela de Andrade. A importância do enfermeiro no Aleitamento Materno Exclusivo para a evolução da criança. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, Brasília, v.2, n.1, p.7-13,2020. Disponível em: <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/download/62/120/272>

SILVA Anna Beatryz Lira da; ALVES Beatriz Pereira; SÁ Bruna Araújo de; SOUZA Thais Gonçalves de; ANDRADE Mayara Evangelista de; FERNANDES Marcelo Costa. Ações educativas como estratégia de intervenção nas atitudes das gestantes frente ao aleitamento materno. **Rev. Enferm Foco**. Campina Grande,v. 12, n. 5,p. 880-886. 2021; DOI: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2021.v12.n5.4225>

VALÉRIO, Patrícia, SILVA Fabiane Goulart Santos, SANTOS Cíntia Ribeiro dos, VASCONCELOS Mara, ZINA Livia Guimarães. Aleitamento materno: amar, nutrir e crescer. Implicações clínicas da promoção do aleitamento materno na prática profissional do cirurgião-dentista. **Rev Assoc Paul Cir Dent**, v. 72, n. 3, p. 496-502, 2018.Disponível em: https://wsei.org/wp-content/uploads/2019/02/Artigo_6_Patricia_Vale%CC%81rio_Breast-feeding.pdf

ZANLORENZI Gisele Basso. Protocolo de enfermagem para o manejo clínico do aleitamento materno na Atenção Primária à Saúde. Dissertação (Mestrado em Prática do Cuidado em Saúde)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba,2022. DOI: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1398943>